

## Senado aprova novas regras para evitar acidentes com agrotóxicos

Destino final dos resíduos e embalagens, não previsto na legislação em vigor, será submetido a normas rigorosas. Elogiado como “um avanço” por diversos senadores, projeto vai agora à sanção presidencial

### CAE

Tebet decide reexaminar parecer sobre empréstimo externo para a Previdência

PÁGINA 5

### CI

Fiscalização teria evitado vazamento na baía de Guanabara, diz procuradora

PÁGINA 4



Senador Arlindo Porto (C) preside a audiência pública sobre o desastre ambiental no Rio de Janeiro

### CPI DO ROUBO DE CARGAS

Tuma é eleito presidente e vai aproveitar investigações sobre narcotráfico e medicamentos

PÁGINA 7

### PRAGA NO CAMPO

• Um terço das safras mundiais ainda se perde pela ação de insetos, pragas e doenças

• O Brasil despeja, por ano, cerca de **260 mil** toneladas de agroquímicos nas lavouras



• O consumo de pesticidas no país cresceu **44%** em dez anos

• A venda de agrotóxicos chegou a **US\$ 2,1 bi** em 1997

Fontes: Embrapa e Enciclopédia Encarta

O Plenário do Senado aprovou ontem substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do senador Jonas Pinheiro que disciplina a produção, embalagem, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos. O autor da proposta original reconheceu os méritos da lei em vigor, mas observou que ela é omissa em relação ao descarte inadequado de resíduos e embalagens, que pode causar graves danos. Vários senadores elogiaram o avanço representado pela proposta, que vai agora à sanção presidencial.

PÁGINA 6

### PLENÁRIO DISCUTE GARANTIA DE VAGAS PARA MULHERES NO STF

Proposta de emenda constitucional de autoria de Ademir Andrade, cuja discussão se inicia hoje, estabelece alternância nas nomeações de homens e mulheres para o Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 3

### CE ALTERA PROJETO DE BENEFÍCIOS PARA A INFORMÁTICA

A Comissão de Educação aprovou ontem parecer do senador Lúcio Alcântara favorável ao projeto de lei complementar que prorroga até 2009 a concessão de benefícios fiscais para o setor de informática.

O relatório acata duas emendas que excluem dos incentivos os telefones celulares e os monitores de vídeo. O texto será apreciado agora pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 5

### Antonio Carlos destaca parceria histórica entre Portugal e Brasil

Senador Antonio Carlos Magalhães agradece ao presidente da Assembléia da República, António de Almeida Santos, as homenagens pelos

PÁGINA 2



# Portugal e Brasil são parceiros históricos, diz ACM em Lisboa

Presidente do Senado agradece homenagens na Assembléia da República destacando relações “estritas e singulares” entre os dois países

Mais do que bons parceiros, Portugal e Brasil são parceiros históricos, que partilham a mesma língua e, como em muitos outros momentos *sui generis*, festejam conjuntamente “o ato do descobridor e a terra descoberta”, disse o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, em sessão solene realizada ontem no Plenário da Assembléia da República, em Lisboa, em homenagem aos 500 anos do Brasil.

Ele agradeceu ao presidente da Assembléia, António de Almeida Santos, pela iniciativa de integrar o Parlamento português às comemorações dos 500 anos do Brasil e pela singularidade do convite com que o distinguiu, associando-o com tanto destaque à solenidade. Antonio Carlos registrou também seu “comovido agradecimento” à alta comenda com que o presidente de Portugal, Jorge Sampaio, agraciou o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães, a título póstumo.

São tão estretas e singulares as relações entre Brasil e Portugal que elas ensejam paradoxos, ressaltou Antonio Carlos. “Paradoxos aparentes”, porque na verdade apontam para os traços-de-união entre as duas nações, completou. Nesse sentido, ele referiu-se à independência política brasileira, procla-



ACM com o presidente da Assembléia, António de Almeida Santos

mada por dom Pedro I, e, antes dela, à Constituinte portuguesa de 1821, que instituiu o sistema representativo no reino e em que o Brasil foi representado por deputados provinciais.

Já mais recentemente, Antonio Carlos ressaltou a convergência dos dois países no rumo da reafirmação democrática, em que figuras de destaque em ambas as sociedades contribuíram para uma reaproximação que, hoje, se consolida numa parceria econômica bem-sucedida, com capacidade para se ampliar à União Européia e ao Mercosul. O presidente do Senado exaltou especialmente as figuras de Mário Soares e Jorge Sampaio, respectivamente, ex e atual presidente de Portugal, e de

Luís Eduardo Magalhães, que desempenhou papel relevante “no encaminhamento exitoso das grandes reformas do Estado brasileiro” iniciadas no primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

No plano cultural, para além das inúmeras e mútuas influências, o presidente do Senado concentrou-se no campo literário para ressaltar a figura de padre Antônio Vieira como o elo mais forte entre os dois países, seguido por “grão-senhores das letras” como Camões, Alexandre Herculano, Eça de Queirós, Ferreira de Castro, Miguel Torga, entre inúmeros outros com os quais Antonio Carlos se disse “feliz de navegar ainda hoje, com frequência”.

## Homenagens incluem medalha comemorativa e edição de livros

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assistiu ontem, em seu segundo dia de visita a Lisboa, ao lançamento de medalha comemorativa e anúncio da publicação de livros com depoimentos de parlamentares do Brasil e de Portugal. O ato ocorreu logo após a sessão so-

lene realizada no Plenário da Assembléia da República destinada a homenagear o Brasil pelos 500 anos do Descobrimento.

A agenda de Antonio Carlos Magalhães previa também para ontem a participação em jantar oferecido pela Embaixada do Brasil em Portugal.

### Geraldo Melo recebe príncipe do Camboja

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), presidente em exercício do Senado, recebe hoje o príncipe Norodon Ranaridh, presidente da Assembléia Nacional do Camboja, que está em visita oficial ao país. O encontro está agendado para as 11 horas. Ranaridh é filho do rei do Camboja, Norodon Sihanuk.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

11h – O senador Geraldo Melo, presidente em exercício, recebe o príncipe Norodon Ranaridh, presidente da Assembléia Nacional do Camboja.

#### PLENÁRIO

##### 14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 50/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo, com o BG Bank A/S – Dinamarca, no valor total de até 37 milhões de marcos alemães, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais, que integra o Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (Paste); quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 61/99, que dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos); primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 57/95, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 7/99, que altera o art. 101 da Constituição federal (alternância de nomeações de pessoas do sexo masculino e do feminino para ministro do Supremo Tribunal Federal); primeiro dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 63/99, que dá nova redação ao inciso II e à alínea “b” do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição federal; PDL nº 109/99, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura II FM, de Poços de Caldas, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poços de Caldas (MG); PDL nº 181/99, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Presidente Venceslau para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Presidente Venceslau (SP); substitutivo ao PLS nº 54/99, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso; e PR nº 29/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 185 milhões, de principal, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Profissionalização de Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae).

#### COMISSÕES

##### 9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico de próteses de silicone, com a participação de representantes da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, do Conselho Federal de Medicina, da Associação dos Usuários de Silicone, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, do Procon, das sociedades de Cirurgia Plástica do Rio de Janeiro e de São Paulo, da Sociedade Brasileira de Oftalmologia e do Ministério da Saúde. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 11*

##### 10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: turno suplementar ao substitutivo aos PLSs nºs 88 e 300, de 1999, altera a Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional; PLS nº 268/99, que dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PEC nº 86/99, altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PLS nº 353/99, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PLS nº 444/99, que cria o Programa de Financiamento a Profissionais Liberais, destinado a beneficiar profissionais recém-formados pelas universidades das regiões Norte e Nordeste; PEC nº 11/99, dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 73 da Constituição federal, estabelecendo condição de nomeação (promoção) de auditor para o cargo de ministro, quando do preenchimento de vaga reservada aos auditores; PDL nº 18/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia; PDL nº 19/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Tapajós; PDL nº 20/99, que convoca plebiscito sobre a criação do estado de Solimões; PEC nº 51/95, que altera o inciso III do art. 235 da Constituição federal; PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; PLS nº 63/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 97, 157 e 453, de 1999 e nº 55/2000), que dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas; PLS nº 127/99, que dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União; e emendas de Plenário nº 5 a 9 ao PLC nº 27/99, que regulamenta o art. 255, parágrafo 1º, incisos, I, II, III e IV da Constituição federal, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 5*

#### ESPECIAL

##### 12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *No coração dos deuses*, de Geraldo Moraes. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# PEC garante vaga de ministro para mulheres no STF

A proposta de emenda constitucional, do senador Ademir Andrade, estabelece que as nomeações na mais alta corte judicial do país obedeçam a critério de alternância entre homem e mulher. A discussão será iniciada hoje no Plenário

Em primeiro turno, o Senado inicia hoje a discussão de proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) propondo que as nomeações dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) obedeçam a critério de alternância entre homem e mulher. A intenção é que não ocorram mais de duas nomeações consecutivas de pessoas do mesmo sexo.

Ademir Andrade afirma que a proposta está em consonância com o artigo 5º da Constituição, o qual estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Com essa iniciativa de assegurar a presença de mulheres na composição da mais alta corte judicial do país, o parlamentar quer que o Congresso se preocupe em criar condições para ampliar a participação femi-

nina em todas as esferas da vida pública.

Outras duas propostas de emenda constitucional, apresentadas pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Ramez Tebet (PMDB-MS), também começam a tramitar hoje. A de Simon amplia de 65 para 70 anos o limite de idade para a nomeação dos magistrados e ministros dos tribunais superiores. Altera ainda, de 70 para 75 anos, o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos e dos magistrados. A justificativa, diz Simon, é que a expectativa de vida do brasileiro vem aumentando significativamente, alterando o perfil populacional.



Ademir: o Congresso deve se preocupar com a situação da mulher



Simon quer ampliar o limite de idade para nomeação de juizes

apostadoria compulsória dos servidores públicos, ampliando também para 65 anos, no caso das mulheres, e 70 anos, para os homens, a idade para a aposentadoria voluntária, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Tebet diz que é necessário adequar a legislação previdenciária brasileira, na parte referente à aposentadoria por idade, “às reais necessidades dos tempos atuais, tanto em seus aspectos técnico-organizacionais como em seus aspectos humanos”.

Em regime de urgência, o Senado irá deliberar sobre projeto que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a ele-

var temporariamente seus limites de endividamento para contratar operação de crédito externo com o BG Bank A/S, da Dinamarca, no valor total de 37 milhões de marcos alemães. O dinheiro se destina ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais.

O Plenário também volta a discutir a proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite ao estrangeiro com mais de oito anos no Brasil votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador. Irá deliberar ainda sobre a redação final do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante aos trabalhadores da pesca direito a seguro-desemprego durante o período em que é proibida a atividade pesqueira.



Lúcio Alcântara: projeto modifica o Código Eleitoral



Requião é também autor da proposta de listas nas eleições



Fogaça relatou os textos que modificam as eleições proporcionais

## CCJ analisa adoção de lista fechada em eleição

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar hoje, em turno suplementar, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) aos projetos de lei dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Roberto Requião (PMDB-PR) que instituem o sistema de listas fechadas para eleições de deputados federais, estaduais e vereadores. Outro projeto a ser votado, de Sérgio Machado (PSDB-CE), cria o financiamento público de campanhas eleitorais.

Se não forem apresentadas novas emendas, o substitutivo de Fogaça será adotado sem votação, já que houve um primeiro turno. Ao incorporar mudanças no Código Eleitoral, Fogaça prevê que os representantes dos legislativos federal, estaduais, distrital e municipais serão eleitos na proporção dos votos obtidos pelos partidos nas listas partidárias fechadas, em que estão relacionados os nomes dos candidatos na ordem de precedência em que serão apresentados. O texto também reserva

30% das vagas às mulheres.

O projeto do financiamento público de campanhas eleitorais é relatado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que deve aceitar emendas dos senadores Francelino Pereira (PFL-MG) e Sérgio Machado. Para o relator, o financiamento público “é instrumento indispensável à garantia da independência dos candidatos e dos eleitos ante o poder econômico”.

A CCJ deverá também votar projetos de decreto legislativo do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) sobre plebiscitos para criação dos estados do Araguaia, Tapajós e Solimões. A pauta inclui ainda o substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que proíbe qualquer tipo de propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas. Outro projeto a ser votado, do senador Luiz Otávio (sem partido-PA), cria o programa de financiamento a profissionais recém-formados da regiões Norte e Nordeste.

## CAS debate projeto que proíbe o uso de silicone no organismo humano

A polêmica envolvendo o uso do silicone líquido, principalmente em cirurgias estéticas, chega ao Congresso Nacional. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado promove hoje, às 9h, audiência pública sobre o projeto que proíbe a aplicação do produto no organismo humano e cria normas para o uso da prótese de silicone.

O presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), entende que o tema é controverso e, com o objetivo de instruir o projeto, convidou especialistas para analisar a questão. Está prevista a presença de dez representantes de entidades ligadas ao assunto, entre as quais a Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e Associação dos Usuários de Silicone.

O projeto original é de autoria do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). A proposta estabelecia, basicamente, normas para o uso do silicone e obrigava os médicos a comunicarem ao paciente os eventuais riscos após a implantação do produto. A polêmica tomou conta dos profissionais da área médica. Nos Estados Unidos, por exemplo, ficou constatado que mais de 500 mil pessoas estão se apresentando como vítimas do uso do silicone. As autoridades americanas



Para Osmar Dias, o tema é controverso e deve ser amplamente debatido

resolveram então proibir o uso estético do material, só o permitindo para cirurgias reparadoras, segundo afirmou o deputado na justificativa do projeto.

A matéria, relatada na CAS pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), sofreu várias alterações, inclusive quanto à obrigatoriedade de a embalagem do produto de silicone líquido, para o uso comercial ou industrial, conter a advertência de que é impróprio para humanos. E a aplicação do produto só poderá ser feita por médicos.

De acordo com o projeto, o emprego de próteses de silicone atenderá a várias condições, entre elas a prescrição médica para sua aquisição; informações sobre os benefícios e malefícios decorrentes de seu uso; e registro do produto junto ao órgão competente, de acordo com normas técnicas definidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Deverão também comparecer à reunião para a audiência pública representantes do Conselho Federal de Medicina, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Procon, Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Oftalmologia e sociedades de cirurgia plástica do Rio de Janeiro e de São Paulo.

### Rocha conclama senadores a participarem da discussão

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) conclamou ontem os membros da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a comparecerem à audiência pública de hoje em que será debatido o uso da prótese de silicone em seres humanos e a proibição do uso do produto na forma líquida. Segundo Rocha, relator do projeto de lei que trata do tema, a audiência será de grande importância para a elaboração do parecer. Ele lembrou que o assunto está sendo debatido

em muitos países.

— É preciso fazer um relatório no qual se leve em conta não só os aspectos econômicos e estéticos, mas sobretudo os aspectos ligados à saúde pública — disse Rocha.



Rocha: o parecer deve considerar aspectos da saúde pública

# Fiscalização teria impedido vazamento de óleo

A afirmação, da procuradora Gisele Elias Porto, do Ministério Público Federal, ocorreu ontem na Comissão de Infra-Estrutura, que debateu em audiência pública o derramamento de óleo na baía de Guanabara

— Não adianta apenas assinar documentos e firmar compromissos. É preciso fiscalizar — afirmou a procuradora Gisele Elias Porto, do Ministério Público Federal, responsável pelo inquérito cível sobre o vazamento de 1,5 milhão de litros de óleo da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Ela foi um dos convidados pela Comissão de Infra-Estrutura (CI) para discutir ontem em audiência pública o

derramamento de óleo pesado na baía de Guanabara. Sob a presidência do senador Arlindo Porto (PTB-MG), o debate contou também com Marília Marreco Cerqueira, presidente do Ibama, José Chacon de Assis, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio, e a secretária de Controle Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Gisele Fortini, que representou o ministro José Sarney Filho na discussão.

— O acidente ecológico demonstrou a falta de providências que já deveriam ter sido tomadas há muito tempo com relação às atividades petrolíferas na baía de Guanabara — disse Gisele Porto, que ainda mencionou o desastre semelhante ocorrido em 1997. Ela, no

entanto, saudou como positiva a assinatura, por parte da Petrobras, do Compromisso de Ajustamento de Conduta, documento que reafirma as obrigações da empresa com relação ao meio ambiente.

O compromisso, firmado sob a

Gisele Elias Porto e José Chacon de Assis, presidente do Crea-RJ, durante o debate



interveniência do Ministério Público, Agência Nacional de Petróleo, Ibama e Feema (órgão que trata das questões ambientais no estado do Rio de Janeiro), torna mais eficiente a fiscalização das atividades da empresa.

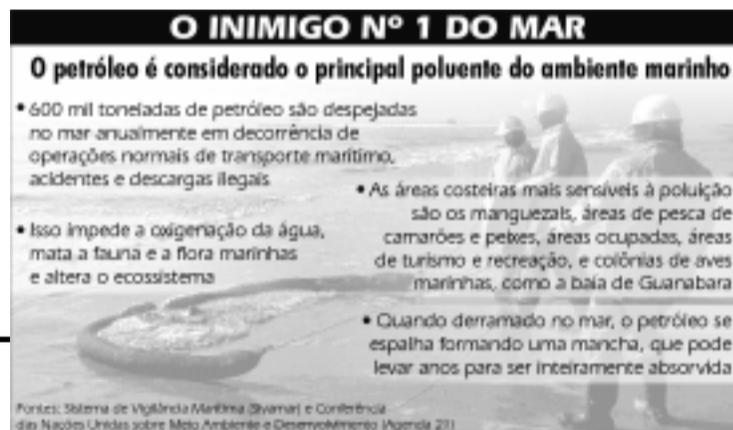
— A legislação ambiental é sobretudo preventiva — concordou Marília Marreco. A presidente do Ibama apresentou um

histórico das ações do órgão e do Ministério do Meio Ambiente desde o primeiro momento do desastre ecológico. Para ela, a infra-estrutura montada pela Petrobras e pelos governos estadual e federal demonstrou ser insuficiente para lidar com o acidente.

O laudo técnico feito pelo Ibama confirmou a extensão do desastre ecológico, que afetou não só a baía de Guanabara, mas também a Área de Preservação Ambiental de Guapimirim (RJ), além de ter prejudicado as atividades de pesca. Marília disse também que o acidente teve dimensões nacionais.

Para José Chacon, presidente do Crea-RJ, as causas do acidente foram a falta de manutenção adequada, em um sistema perigoso como o da Reduc, e a obsolescência dos equipamentos utilizados.

— Não houve erro humano, individual. Ninguém dormiu. O sistema é que ficou obsoleto, apesar de há 20 anos existir tecnologia suficiente para impedir esse tipo de desastre — afirmou Chacon.



tadas pelo acidente.

A Comissão de Infra-Estrutura ouviu o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, sobre o vazamento. Ele informou que a empresa já havia recolhido 471 mil litros de óleo. Reichstul disse ainda que tomaria providências para o pagamento de indenizações aos pescadores e outros trabalhadores que dependem de atividades no mar e na orla marítima. Até que as águas estejam prontas para a pesca, afirmou, os trabalhadores receberiam o equivalente à sua renda média mensal.

Durante o debate com o presidente da Petrobras na Comissão de Infra-Estrutura, representantes do Greenpeace distribuíram aos parlamentares nota acusando a empresa

de “incompetência” no episódio de vazamento de petróleo. Roberto Kishinami, representante da organização ambientalista, chegou a questionar se a empresa havia recolhido os 471 mil litros anunciados, observando que tradicionalmente só se consegue recuperar de 15% a 17%.

O presidente da Petrobras e o representante do Greenpeace compareceram à comissão, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), juntamente com o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que representou o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Carlos Minc. Também esteve no debate o presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Feema), Axel Graef.



Parlamentares enterraram o projeto e plantaram sobre ele uma muda de ipê-amarelo

## Projeto que muda o Código Florestal tem enterro simbólico

Parlamentares enterraram simbolicamente ontem, em frente ao Congresso, o projeto de conversão do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que altera o Código Florestal brasileiro. Uma muda de ipê-amarelo foi plantada sobre um exemplar do texto, denominado de “projeto motosserra”. Participaram do protesto os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Marina Silva (PT-AC), Geraldo Cândido (PT-RJ) e vários deputados, como João Grandão (PT-MT), Jorge Bittar (PT-RJ) e Aloísio Mercadante (PT-SP).

— O governo precisa articular sua bancada para rejeitar o projeto Micheletto, que é um retrocesso na legislação ambiental do país. Até agora, só o ministro do Meio Ambi-

ente, José Sarney Filho, havia se manifestado claramente contra as alterações no Código Florestal — afirmou a senadora Marina Silva (PT-AC), que espera que o presidente Fernando Henrique Cardoso vete as mudanças na legislação ambiental, caso aprovadas pelo Congresso.

Para a senadora Heloísa Helena, a ação dos deputados ruralistas no sentido de aumentar a área florestal a ser desmatada favorece interesses estrangeiros que ameaçam a soberania brasileira na Amazônia.

— Quem mais conspira contra o interesse nacional é a bancada ruralista, que dá subsídios para os países ricos argumentarem que o Brasil não tem responsabilidade para administrar a região amazônica — atacou.

## Potencial do Espírito Santo será mostrado a todo o país

Por iniciativa da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), foi apresentado na noite de ontem o projeto Espírito Santo, sim!, desenvolvido pela Rede Gazeta de Comunicação e que tem como objetivo divulgar a imagem do estado em seus aspectos econômicos, culturais e sociais. Participaram do ato os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Paulo Hartung (PPS-ES) e Romeu Tuma (PFL-SP), além de deputados, políticos e empresários do estado.

Durante a apresentação do projeto, foi exibido um vídeo contando a história do Espírito Santo e mos-



Luzia Toledo tomou a iniciativa de apresentação em Brasília do projeto Espírito Santo, sim!

trando pontos positivos do estado.

Para Luzia Toledo, o projeto é importante porque mostrará o Espírito Santo para o Brasil inteiro. Gerson Camata comentou que a iniciativa foi tomada no momento certo. Paulo Hartung disse que as imagens e textos exibidos mostram a pujança do estado.

## Senado acompanhou o acidente desde o início

O vazamento de petróleo ocorrido em duto da Refinaria Duque de Caxias, em 17 de janeiro, lançou 1,5 milhão de litros de óleo na baía de Guanabara. Poucos dias depois, os reflexos do incidente começaram a ser acompanhados pela Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Uma subcomissão composta por cinco senadores — Geraldo Lessa (PSDB-AL), Gerson Camata (PMDB-ES), Mauro Miranda (PMDB-GO), Arlindo Porto (PTB-MG) e Geraldo Cândido (PT-RJ) — visitou a refinaria, praias e mangues atingidos, além de sobrevoar as regiões afe-

# CE muda projeto sobre incentivos à informática

Emendas aprovadas pela Comissão de Educação retiram benefícios da isenção e da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de aparelhos de telefonia celular e monitores de vídeo

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem relatório do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável ao projeto de lei complementar da Câmara dos Deputados que prorroga até 2009 a concessão de benefícios fiscais para empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática. Antes de ir ao Plenário, a matéria ainda será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto estabelece que até 31 de dezembro de 2000, as empresas estarão isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A partir de 1º de janeiro de 2001, a isenção será convertida em redução do IPI – inicialmente de 95% até chegar a 70% em 31 de dezembro de 2009, quando o benefício fiscal será extinto. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste serão favorecidas com isenção até 31 de dezembro de 2001 e percentuais maiores de redução no imposto.

O relator acatou duas emendas, dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Gerson Camata (PMDB-ES). Camata conseguiu excluir do projeto dispositivo que asseguraria os benefícios da Lei de Informática (nº



A Comissão de Educação, presidida por Freitas Neto, acolheu emendas dos senadores Gerson Camata e Jefferson Péres ao projeto da Câmara

8.248) a aparelhos de telefonia celulares e monitores de vídeo pelas empresas que tenham projetos aprovados sob o regime dessa lei de 1991,

O destaque de Jefferson Péres, aprovado por unanimidade, excluiu os monitores de vídeo e aparelhos de telefonia celular da classificação de “bens de informática”, o que também os deixa sem o benefício. Jefferson e a senadora Heloísa Hele-

na (PT-AL) defenderam a inclusão dos produtos hospitalares entre os que deverão ser beneficiados com a isenção, mas nenhuma emenda sobre o tema foi votada.

“Este é um país pobre e não tem sentido protegermos telefones celulares e monitores de vídeo e deixarmos de fora aparelhos hospitalares” – disse Jefferson Péres. Já a senadora Heloísa Helena antecipou que apre-

## ESTÍMULO À PRODUÇÃO

• As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste serão favorecidas na redução do imposto

• Empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática recebem benefícios fiscais que serão reduzidos, ano a ano, até 31 de dezembro de 2009, quando serão extintos

• Monitores de vídeo e telefones celulares ficaram excluídos do benefício

• Projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados e na CCJ, ainda irá à CAE antes de chegar ao Plenário

sentar emenda ao projeto quando ele estiver na CAE, para favorecer os aparelhos hospitalares.

Como relator, Lúcio Alcântara entende que as duas emendas estimularão a mudança das empresas de vídeo e de celulares para a Zona Franca de Manaus, em busca dos incentivos perdidos. O projeto já foi apro-

vado na Câmara dos Deputados e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

### RÁDIOS

A Comissão de Educação também aprovou pareceres favoráveis a cinco projetos de decreto legislativo sobre emissoras de rádio de São Paulo e Rondônia.



Caramuru (C) fala na CAE, observado pelo senador Lúcio Coelho (D)

## Tebet reavalia parecer favorável a empréstimo à Previdência

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu a anulação do seu próprio relatório favorável ao empréstimo de US\$ 505 milhões a ser tomado pelo governo brasileiro junto ao Banco Mundial. Tebet, que já havia distribuído seu voto aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos – onde a matéria tramita – afirmou que a exposição do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru, na manhã de ontem na CAE, não esclareceu os reais objetivos da operação financeira e deixou os parlamentares confusos sobre o assunto.

– Sinto-me na obrigação de ana-

lisar novamente a contratação desse empréstimo, pois o governo não conseguiu explicar claramente o objetivo da operação e se as condições em que ela está sendo negociada são favoráveis ao país – disse o senador, que pediu também que lhe sejam entregues todos os documentos sobre o empréstimo e cópias de todas as manifestações de senadores ocorridas na reunião.

A dúvida principal surgiu quando o senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou como “fraudulenta” a mensagem presidencial que propõe a operação. O governo explica, na mensagem, que o dinheiro do empréstimo

será destinado à reforma da Previdência quando, na verdade, como explicou Caramuru, será utilizado para amortizar parte da dívida do país com bancos internacionais.

O líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), argumentou que os recursos já foram aplicados na reforma da Previdência e que a operação, na verdade, faz parte do contrato de empréstimo global – no valor de US\$ 42 bilhões – aprovado pelo Congresso ano passado para garantir a solvência fiscal do país. “É preciso ficar claro que o governo já empreendeu essas ações”, garantiu o senador.

Também os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Lauro Campos (PT-DF), Agnelo Alves (PMDB-RN), Osmar Dias (PSDB-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) disseram que não seria possível votar uma matéria sobre a qual não tenham conhecimento adequado.



Tebet: governo não conseguiu esclarecer objetivo da operação

## Governo negocia mal com seus credores, diz Alencar

Para o senador José Alencar (PMDB-MG), o governo brasileiro não tem negociado com eficiência os empréstimos que obtém junto ao mercado internacional, o que, segundo ele, tem causado problemas para o desenvolvimento do país. O senador participou da reunião de ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a ouvir a exposição do secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Marcos Caramuru de Paiva, sobre o empréstimo de US\$ 505 milhões que o Brasil pretende obter junto ao Banco Mundial.

O senador mineiro discordou do secretário Caramuru sobre as condições do empréstimo. “Eu tenho uma empresa têxtil e os empréstimos externos que consigo têm condições muito melhores do que as deste contrato. A equipe do governo negocia muito mal, pois temos



Alencar lamenta a “subserviência crônica quando se trata de negociação no exterior”

um país promissor, que tem demonstrado seu potencial e ainda estamos nesta posição de subserviência crônica quando se trata de negociações com o exterior”, disse Alencar. O senador disse ainda que vai encaminhar à CAE alguns contratos de sua empresa com o Banco Mundial em que constam juros de cerca da metade do que está sendo proposto neste empréstimo de US\$ 505 milhões.

## Voto de estrangeiros continua em discussão

O Senado realizou ontem o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, de proposta de emenda constitucional do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que permite aos estrangeiros residentes e domiciliados, há pelo menos oito anos no Brasil, votar nas eleições municipais e disputar o mandato de vereador.

O senador argumentou que países filiados às mais diferentes tendências jurídicas têm realizado tentativas louváveis de dar ao estrangeiro domiciliado o direito de participação na vida política do município que escolheu para morar. Em sua opinião, a exclusão

do direito de voto do estrangeiro torna essas pessoas no Brasil cidadãos de segunda classe, por não poderem influenciar em decisões que lhe dizem respeito.

Álvaro Dias também alega que as grandes correntes migratórias do mundo moderno exigem uma mudança no conceito de povo e uma relativização na noção de soberania nacional. Em sua emenda, ele exclui contudo a possibilidade de o estrangeiro disputar o cargo de prefeito ou vice-prefeito, para que sua proposta de reforma constitucional não seja chamada de "alienante e impatriótica".

## Renovadas concessões de três emissoras de rádio

Três decretos legislativos renovando as concessões de emissoras de rádio foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. O PT se absteve de votar, à exceção do senador Tião Viana (PT-AC). As ma-

térias agora vão a promulgação.

São elas: Rádio Sete Colinas, de Uberaba (MG); Rádio Fundação Nossa Senhora de Belém, de Guaruva (PR); e Rádio Alvorada, de Lins (SP).

## Vai à Câmara projeto sobre as TVs legislativas

O Senado aprovou ontem a redação final do projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que obriga as televisões por assinatura, transmitidas a cabo ou por ondas, a veicular a programação da TV Senado e da TV Câmara. O projeto agora vai à deliberação da Câmara.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a iniciativa em Plenário, observando o quanto a transmissão direta do que acontece no Legislativo é importante para a democracia. Atualmente, a lei determina que apenas as emissoras de TV a cabo são obrigadas a transmitir a programação do Congresso, ficando fora da obrigatoriedade as televisões por satélite (Direct TV e Sky) e por MMDS (como a antiga TV Filme, agora MaisTV).

Com esse texto, Requião quer garantir à população o direito de ver o que acontece no Legislativo de forma direta, "sem o filtro das grandes agên-

cias de notícias e dos interesses dos jornais". Em defesa do projeto, ele referiu-se à atual transmissão dos trabalhos do Congresso pela TV a cabo, especialmente a transmissão ao vivo das sessões plenárias e das reuniões das comissões. Em sua opinião, isso vem proporcionando um contato diário e direto do maior significado entre os parlamentares e a população.



Requião quer ampliar acesso da população a tudo o que acontece no Congresso Nacional



Plenário aprovou o substitutivo elaborado pela Câmara a partir de projeto do senador Jonas Pinheiro

## Aprovadas regras rígidas para manuseio de agrotóxico

Projeto votado ontem disciplina a produção, embalagem, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos

O substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) — que disciplina, entre outras ações, a produção, embalagem, transporte, importação, exportação e destino final dos resíduos e embalagens de agrotóxicos — foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. Agora, o texto segue para sanção presidencial.

A proposta estabelece que os usuários de agrotóxicos deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos. Quando o produto não for fabricado no Brasil, a responsabilidade de recebê-lo será da pessoa física ou jurídica que realizou a importação.

De acordo com o projeto, as embalagens rígidas que contiverem formulações dispersíveis em água deverão ser submetidas pelo usuário à operação de triplice lavagem, ou tecnologia equivalente, conforme normas dos órgãos competentes e orientação

constante dos rótulos e bulas. O projeto também impõe pena de dois a quatro anos para quem permitir, comercializar, transportar ou der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos sem cumprir as exigências da legislação.

Determina ainda que as embalagens dos agrotóxicos devem ser fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, perda ou alteração e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem.

Determina ainda que as embalagens dos agrotóxicos devem ser fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, perda ou alteração e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem.

Determina ainda que as embalagens dos agrotóxicos devem ser fabricadas de forma a impedir qualquer vazamento, perda ou alteração e de modo a facilitar as operações de lavagem, classificação, reutilização e reciclagem.

## A cada ano, 40 milhões de embalagens

Autor do projeto original que impõe normas mais rígidas para o destino das embalagens de agrotóxicos, o senador Jonas Pinheiro argumentou que o assunto é da mais alta relevância para a agropecuária nacional, uma vez que os produtores e trabalhadores rurais são os maiores usuários desses defensivos.

Ele reconheceu os méritos da lei em vigor, mas observou que ela peca por ser omissa a respeito do destino final dos resíduos e embalagens desses produtos, agravando o problema, já que a maioria dos usuários descarta as embalagens ou as utiliza de forma inadequada.

Jonas informou que, a cada ano, são gerados 30 a 40 milhões de embalagens de agrotóxicos no Brasil, sem que se tenha o cuidado ao menos de descontaminá-las. "Verifica-se crescente acúmulo de embalagens vazias, faltando informação sobre o procedimento adequado para

seu descarte", afirmou o parlamentar.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) também referiu-se à lacuna existente na lei sobre agrotóxicos, e disse que o projeto de Jonas Pinheiro foi aprimorado na Câmara.

Quintanilha observou que as embalagens de agrotóxicos vêm sendo jogadas em mananciais, comprometendo a vida de animais e seres humanos.

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a iniciativa de Jonas Pinheiro, dizendo que o Brasil tem uma dívida imensurável no que diz respeito a agrotóxicos e produtos veterinários, por não tomar providências para evitar danos à saúde hu-



Jonas: falta informação sobre como descartar as embalagens vazias

mana e animal, quando expostas a esses defensivos.

Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) disse que o lixo agrotóxico aflije a todos, sendo o projeto votado pelo Senado a solução ambientalmente correta para o problema. "É mais um avanço do Brasil na legislação

ambientalista. Esse avanço é importantíssimo e mostra que estamos tendo uma consciência ambiental."

Roberto Saturnino (PSB-RJ) também elogiou a iniciativa, dizendo que ela preenche uma omissão no resguardo da saúde da população. "O projeto merece todo o louvor dos socialistas", afirmou ele. Edison Lobão (PFL-MA) e José Alencar (PMDB-MG) também se manifestaram para apoiar o projeto.

## Plenário autoriza aditamento a empréstimo feito pela Codevasf

O Senado autorizou ontem a União a garantir aditamento de US\$ 2,4 milhões a contrato de financiamento externo firmado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) com a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação (Agroinvest). O projeto vai agora à promulgação.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) explicou que esse é um complemento a contrato de operação de crédito autorizada em 1993 pelo Senado, cujos recursos destinam-se a consultoria e assessoramento técnico, assim como à transferência de tecnologia em projetos concernentes a estação de biotecnologia e transplante de embriões.

Contra a aprovação do projeto,

o senador Roberto Requião (PMDB-PR) explicou em Plenário que os empréstimos vinculados a exclusividade de venda ou prestação de serviço são sempre danosos ao país. Ele afirmou que o contrato original, firmado em 1993 com a Hungria, já não foi bom para o Brasil.

Disse que o aditamento votado agora tem juros de 7,5% ao ano, taxa razoável apenas se não se observar a cláusula sobre a exclusividade na prestação do serviço e na venda de equipamentos, que será feita independentemente de qualquer concorrência ou verificação de preços internacionais.

Lauro Campos (PT-DF) também manifestou-se contrário à autorização para o aditamento. Também votaram contra Osmar Dias (PSDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).



Tuma (entre os deputados Mario Negromonte e Oscar Miranda) vai concentrar atenção nos receptadores

## Tuma é eleito presidente da CPI do Roubo de Cargas

Senador quer iniciar trabalho coletando dados sobre o assunto apurados pelas comissões dos medicamentos e do narcotráfico

A primeira providência tomada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) ao ser eleito, por unanimidade, presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar o crescimento do roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais foi determinar à secretaria da CPI que elabore um ofício solicitando todos os dados já levantados sobre o assunto pelas CPIs dos Medicamentos e do Narcotráfico, que estão funcionando na Câmara dos Deputados.

Além da escolha de Romeu Tuma

para presidente, os deputados e senadores integrantes da comissão elegeram ontem o deputado federal Mário Negromonte (PSDB-BA) para a vice-presidência da comissão. O deputado Oscar Andrade (PFL-RO), autor do requerimento para instalação da CPI, será o relator dos trabalhos, que devem ser concluídos até 8 de setembro.

Ao ser empossado na presidência da CPI, Romeu Tuma sugeriu que as investigações devam ser centralizadas sobre os receptadores, considerados por ele como "a pior praga do crime organizado".

Para o senador, o roubo de cargas é feito sob encomenda e a entrega é feita quase que imediatamente após a sua concretização, dificultando a atuação da polícia. Ele defendeu a elaboração de uma legislação "forte" que pressione tanto os ladrões das cargas quanto os receptadores.

Tuma convocou uma nova reunião da CPI para a próxima terça-feira, para que os parlamentares da comissão possam organizar um roteiro e definir os nomes das pessoas que serão convidadas ou convocadas a depor.

### Relator quer ouvir todos os setores envolvidos

Na reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai apurar o crescimento do roubo de cargas transportadas em rodovias, ferrovias e vias fluviais, foi aprovada proposta do relator, deputado Oscar Andrade, para que sejam convocados ou convidados a depor representantes de seguradoras, profissionais autônomos, transportadoras, sindicatos, federações e confederações do setor, além de policiais civis estaduais e rodoviários federais. Também deverão ser ouvidos réus confessos indiciados pela CPI do Narcotráfico, que está funcionando na Câmara dos Deputados.

Oscar Andrade comentou que a CPI mista deve iniciar suas investigações a partir dos receptadores, que, segundo ele, são os responsáveis pela contratação dos roubos de cargas no país. Ele informou que a preferência dos

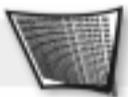
assaltantes é pelas mercadorias que podem ser revendidas com maior facilidade, como alimentos (23%), cigarros (16%), confecções (13%), equipamentos eletroeletrônicos (9%) e medicamentos (6%).

Já o senador Moreira Mendes (PFL-RO) registrou que, diferente do que se imagina, aproximadamente 80% dos roubos de cargas ocorrem nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ele destacou que o interesse do crime organizado migrou do assalto a bancos para o roubo de cargas. A explicação é que, enquanto os bancos fortaleceram seus esquemas de segurança, os caminhões continuaram a ser alvos fáceis.

Para o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), o roubo de cargas seria a prova de que o crime compensa, já que ele disse não ter conhecimento de que alguma das

quadrilhas que atuam nesta atividade tenha sido desbaratada. Ele propôs que esse tipo de crime seja considerado federal, para que a Polícia Federal possa combatê-lo. O vice-presidente da CPI mista, deputado Mário Negromonte, ratificou a opinião do colega parlamentar afirmando que a polícia tem sido ineficaz ao combater o roubo nas rodovias, ferrovias e vias fluviais.

Por sua vez, o deputado José Janene (PPB-PR) informou que a Assembléia Legislativa do Paraná instalou recentemente uma CPI para apurar o roubo de cargas no estado e já descobriu um cemitério de motores e peças de caminhão. O deputado Gervásio Silva (PFL-SC) elogiou a criação da CPI mista no Congresso. "Já era hora de se fazer algo pelos caminhoneiros, classe de trabalhadores que se encontra totalmente desprotegida", afirmou.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2000

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1999. Senador Álvaro Dias e outros. Dá nova redação aos §§ 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal (direitos políticos).

Resultado: Encerrado o terceiro dia de discussão, a matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

2

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1995. Senador Jonas Pinheiro. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1999. Renova a concessão da Rádio Sete Colinas OM de Uberaba (MG).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 144, de 1999. Renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora de Belém (Rádio Cultura FM) de Guarapuava (PR).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 1999. Renova a concessão outorgada à Rádio Alvorada OM de Lins (SP).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999. Senador Roberto Requião. Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara.

Resultado: Aprovada, sem emendas, a redação final é dada como definitivamente adotada, nos termos regimentais. À Câmara dos Deputados.

7

Projeto de Resolução nº 28, de 2000. CAE. Autoriza a concessão, pela União, da garantia da República Federativa do Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira, em aditamento ao contrato de financiamento externo firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Empresa Húngara de Comércio Exterior e Empreendimentos para Exportação (Agroinvest), bem como a dispensa da respectiva contragarantia.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

8

Requerimento nº 214, de 2000. Senador Luiz Pontes. Solicita, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2000, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

Resultado: Aprovado. O PLS nº 84/2000 vai, também, ao exame da CAS e posteriormente à CAE, em decisão terminativa.

9

Requerimento nº 219, de 2000. Senador Álvaro Dias. Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 48, de 1996, e 6, de 2000, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. As PECs nºs 48/96 e 6/2000 passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

# Projeto do mínimo regional já está com relator

O senador Sérgio Machado recebeu ontem a proposta elaborada pelo Poder Executivo. O projeto, que tramita em urgência constitucional, deverá ser votado até 2 de junho pela CCJ. O prazo para o Plenário deliberar termina em 22 de junho

O projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a criar pisos salariais – e já aprovado pela Câmara dia 3 de maio – foi encaminhado ontem ao senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como nenhuma emenda foi apresentada à proposta, apenas os senadores integrantes da CCJ poderão sugerir modificações no texto até que seja discutida pela comissão.

O projeto tramita em regime de urgência constitucional. Isso sig-

nifica que a CCJ deverá apresentar seu parecer sobre a proposta até o dia 2 de junho. A votação em Plenário está prevista para ocorrer até 22 de junho. Caso o processo de votação não tenha sido concluído até essa data, o projeto deverá ser incluído na Ordem do Dia e a deliberação sobre outras matérias em tramitação será interrompida.

De acordo com a proposta – apreciada pela Câmara uma semana antes da votação pelo Congresso Nacional da MP que fixou em R\$ 151 o valor do salário mínimo

–, os estados e o Distrito Federal poderão estabelecer valor mínimo de salário para os trabalhadores que não tenham o piso definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho. A autorização não poderá ser exercida no segundo semestre do ano em que houver eleições para governadores e deputados estaduais e distritais.

A exposição de motivos elaborada pelo Poder Executivo sustenta que a delegação aos estados e ao Distrito Federal para instituir pisos salariais diferenciados não

interfere com a fixação, por lei federal, do salário mínimo unificado previsto no artigo 7º da Constituição. Assinado por quatro ministros, o texto ressalta ainda que os pisos a serem criados serão sempre superiores ao salário mínimo.

Sérgio Machado foi nomeado relator do projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a estabelecer pisos regionais para o mínimo



## CRE aprova embaixadores para o Egito e a Costa Rica

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação dos diplomatas Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini para o cargo de embaixador do Brasil na Costa Rica e Celso Marcos Vieira de Souza para a Embaixada brasileira no Egito. Os senadores da comissão ouviram durante cerca de uma hora e meia exposição dos diplomatas antes da aprovação dos dois nomes. As indicações serão agora examinadas pelo Plenário.

Na exposição aos senadores membros da CRE, Celso Marcos Vieira de Souza disse que pretende desenvolver trabalho de promoção comercial específica com o objetivo de ampliar a colocação de produtos brasileiros no mercado egípcio e aumentar as exportações do país. Ele tam-



O diplomata Luiz Fernando de Oliveira fala à Comissão de Relações Exteriores antes de ter seu nome aprovado para a Embaixada na Costa Rica

bém planeja, segundo acentuou, incrementar ações culturais e desportivas brasileiras no Egito, através da participação do Brasil em festivais de cinema e jogos de futebol.

Luiz Fernando de Oliveira e Cruz Beneditini destacou a recente visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Costa Rica. Ele disse ter ficado evidente o interesse de países centro-americanos,

principalmente a Costa Rica, em uma maior aproximação com o Brasil para desenvolver ações e comércio bilaterais. À frente da Embaixada brasileira em San José – capital do país – ele pretende defender e apoiar os interesses das empresas brasileiras naquele país. Tentará ainda levar tecnologia nacional a parceiros da Costa Rica, sobretudo dos setores têxteis e de calçados.

## Jucá propõe homenagem ao ex-deputado Sylvio Lofêgo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou projeto que pretende denominar Rodovia Sylvio Lofêgo o trecho da BR-401 entre os municípios de Boa Vista e Bonfim, no estado de Roraima. Na justificativa da proposta, o senador destaca que Sylvio Lofêgo Botelho, ex-deputado federal, ex-governador substituto e ex-secre-

tário-geral do então Território de Roraima, merece a indicação para ter seu nome dedicado à rodovia.

– Sua atuação pela integração do nosso estado justifica a homenagem que ora prestamos ao ilustre patricio, tendo em vista os relevantes serviços prestados à comunidade de Roraima – ressaltou Romero Jucá.



Proposta de Romero Jucá dá a trecho da BR-401 nome do então parlamentar do ex-Território de Roraima

Embarque na

informação direta,  
sem escalas

O Jornal do Senado viaja a bordo de todos os vôos que saem de Brasília, encurtando a distância entre a versão e os fatos. Diariamente oferece ao cidadão uma visão ampla e precisa do que acontece no Senado Federal. Sem intermediários. Com a notícia imparcial, direta da origem. E a garantia de que a informação não se perdeu no espaço.

Sua opinião vira notícia. Escreva para o Jornal do Senado - [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Embarque nos conhecimentos com segurança. Leia o Jornal do Senado.

Agradecimentos às empresas LÍDER TÁXI AÉREO, NORDESTE, RIO-SUL, TAM, TRANSBRASIL, VARIG e VASP



JORNAL DO SENADO



Subsecretaria de Projetos Especiais - C&M

# Para Lauro, governo "hipnotizou" a oposição

Senador lamenta que parlamentares oposicionistas, na questão do salário mínimo, tenham sido conduzidos a "optar entre o péssimo (R\$ 177) e o pior ainda (R\$ 151)", sem qualquer proposta alternativa

O senador Lauro Campos (PT-DF) apontou ontem a polarização em torno do valor do salário mínimo – entre os R\$ 151 que seriam defendidos pelo FMI e pelo governo federal e os R\$ 177 apoiados pelas oposições e pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães – como mais um ato da peça "ditadura compartilhada", que caracterizaria o exercício do poder do Brasil.

Ele cumprimentou os presidentes do Senado e da República, Fernando Henrique Cardoso, que classificou como os principais atores do jogo de cena. "Senti na sua plenitude aquilo que é saber fazer uma política", reconheceu. "Nós da oposição não sabemos fazer política e sequer entendemos o jogo que nos conduzia e determinava o comportamento".

A natureza da "ditadura compartilhada", segundo o senador, seria o mascaramento da realidade com a fixação de falsas dicotomias e querelas, para obscurecer a discussão. "No Brasil não

Falsas dicotomias mascararam a realidade, desabafa Lauro Campos



locaram um teto e um piso muito bem arquitetados, com uma política muito inteligente, e fingiram que estavam brigando para poder oxigenar essa dicotomia, essa falsa briga entre os presidentes do Executivo e do Legislativo – insistiu o senador.

À oposição, continuou, coube optar entre o péssimo (os R\$ 177) e o pior ainda (os R\$ 151). Caso tivesse sido aprovado o salário mínimo de R\$ 177, acrescentou, a oposição teria

uma vitória de Pirro: um salário distante até da média mensal de 300 dólares gastos pelos japoneses com seus cachorros e menor que o salário mínimo vigente no Uruguai e no Paraguai.

A "ditadura compartilhada", ainda conforme o senador, teria hipnotizado a oposição, de tal forma que não havia espaço para qualquer proposta alternativa à dicotomia colocada, assim como não há espaço, a seu ver, "para a dignidade", apenas para a angústia.

existe uma ditadura, mas uma divisão de trabalho entre ditadores", observou. Em outros momentos da história política nacional, disse o senador, a falsa dicotomia aparecia sob a oposição entre desenvolvimentistas e monetaristas. No que diz respeito ao salário mínimo, Lauro Campos afirmou que tratou-se de determinar um piso (R\$ 151) e um teto (R\$ 177), concretizando-o numa polarização entre o Executivo e o presidente do Senado.

– E caímos nessa esparrela. Co-

## Paulo Hartung propõe mudança nas regras da alienação fiduciária

Com o objetivo de assegurar um equilíbrio entre os direitos do credor e do devedor nos contratos de alienação fiduciária, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei estabelecendo a correção monetária das prestações pagas pelo devedor e a obrigatoriedade de avaliação judicial do valor e das condições do bem. Encaminhado à CCJ, a proposta deverá ser também remetida à CAE, para decisão terminativa.

O projeto modifica lei de 1965, relativa às normas de processo de alienação fiduciária, alterada parcialmente por decreto-lei de 1969.

Para Hartung, o instituto da alienação fiduciária já revelou sua eficácia ao facilitar o acesso do consumidor ao mercado de automóveis e, mais recentemente, à aquisição de imóveis, e ao garantir agilidade no processo de recuperação dos bens, em caso de inadimplência no paga-

mento das prestações devidas.

As atuais normas, no entanto, têm "aspectos draconianos", na avaliação do senador, como o de não assegurar ao devedor o direito de atualização das prestações pagas, para fins de apuração do saldo devedor restante. Assim, o devedor, "após o pagamento de muitas prestações, além de perder o bem, tem de assumir um saldo devedor próximo do valor do próprio bem", observa.

– Não se pode conceber a existência de uma norma legal que aproveita apenas a uma das partes, possibilitando, não raro, enriquecimento injusto e sem causa do mais forte e mais hábil, em desequilíbrio contratual e em onerosidade excessiva para uma das partes – argumenta o senador na justificativa de sua proposta.

Com a obrigatoriedade de realizar avaliação judicial do bem, o senador



Hartung: legislação atual tem "aspectos draconianos" em desvantagem do devedor

também procura reduzir o prejuízo do devedor.

Em outro argumento em defesa da proposta, Hartung ressalta que o Brasil, como signatário da Convenção Americana sobre Direitos Humanos desde 1992, comprometeu-se a reprimir, através de leis, tanto a usura como outras formas de exploração do homem pelo homem. O senador acredita que seu projeto deve interessar até mesmo aos credores, dado que maior equilíbrio na relação credor/devedor pode proporcionar maiores garantias, maior segurança ao sistema econômico e menor custo financeiro.

## Tuma nega envolvimento com empresário preso

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) repudiou ontem a divulgação de notícia envolvendo seu nome com o do empresário Fábio Monteiro de Barros, preso devido a acusação de irregularidade na obra da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. A prova do envolvimento seria um bilhete escrito pelo empresário e dirigido ao senador.

– Tais publicações, que tiveram origem numa única fonte jornalística, através de uma agência noticiosa, atentam contra a verdade e só objetivaram incluir indevidamente meu nome na avalanche de denúncias surgidas contra a referida obra – disse.

Tuma enfatizou que não há nenhuma emenda de sua autoria relativa àquela obra e que a existente foi proposta pela bancada paulista, em 1998. Para esclarecer a questão, o senador leu carta, enviada a ele, pelo antigo coordenador da bancada no Congresso, deputado federal Hélio César Rosas, em que afirma

que o senador "sempre teve posição marcante como intransigente defensor das obras do Incor e do Hemo-centro" e que a emenda do TRT, "que tinha também seu apoio, era consensual da bancada".

O senador disse que sentiu muita revolta ao ser informado sobre o assunto na última sexta-feira, através de

telefonema de um repórter do *Jornal do Brasil*. No dia seguinte, ao procurar saber mais sobre o assunto, foi informado pela Polícia Federal que o bilhete não tinha assinatura e nem constava do auto de apreensão. O "bilhete", segundo soube, estaria entre centenas de documentos encontrados em

um apartamento ocupado pelo motorista do acusado, "dando a impressão de que ali havia sido plantado".

O senador Tião Viana (PT-AC) disse, em aparte, que Tuma encontra-se em uma situação vulnerável por ser corregedor da Casa, acrescentando que não paira nenhuma dúvida em relação a sua conduta.



Romeu Tuma nega ter apresentado emenda em favor da obra do TRT/SP

## Projetos de Mozarildo beneficiam povos indígenas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou dois projetos que têm como propósito beneficiar as populações indígenas. Um deles prevê a reserva de 5% das vagas em universidades públicas para os índios, sem exigência de vestibular, e o outro determina que a mesma percentagem de vagas em concursos públicos sejam destinadas às populações indígenas. Ambas as propostas encontram-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

De acordo com o senador, os empecilhos enfrentadas pelos índios para ingressar em universidades exigem a criação de mecanismos que lhes permitam o acesso à educação superior sem exigência de provas de caráter eliminatório. Mozarildo também ressaltou as dificuldades que os índios encontram, apesar de seu



Mozarildo Cavalcanti lembrou as dificuldades dos índios para entrar nas universidades

"aculturação cada vez mais presente", para ocupar posições de destaque na sociedade, especialmente quando se trata de órgãos públicos.

A reserva de 5% do número de vagas em concursos públicos aos índios comprovadamente brasileiros dar-lhes-ia a oportunidade de "fazer parte de cargos de provimento efetivo dos poderes da União e esferas do governo".

## Requião elogia proposta que reduz número de vereadores

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) considerou positiva a iniciativa do PMDB de Vitória (ES), que propôs a redução do número de vereadores da capital, de 21 para 14. Ressaltando que 80% da população da cidade apóia a proposta, Requião afirmou que a medida significa uma redução de 30% nos gastos com a Câmara, pela eliminação de gabinetes e cargos a eles vinculados, resultando em R\$ 6 milhões de economia por ano. O senador destacou que este montante daria para construir sete escolas.

— Com a medida, o partido está demonstrando que para reduzir o número de vereadores não é absolutamente necessária uma iniciativa do Congresso Nacional, porque a Constituição estabelece que em cidades com menos de um milhão de habitantes o número de vereadores pode oscilar entre nove e 21.



Requião considerou positiva a iniciativa do PMDB de Vitória

Requião informou que Vitória tem uma população de 300 mil pessoas e que, na escala determinada pela Constituição, cabe ao município um total de nove vereadores. Como a cidade tem sete regiões administrativas, o PMDB está propondo dois vereadores por região, totalizando 14, explicou.

De acordo com Requião, a proposta, apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, Hugo Borges, recebeu a assinatura de mais 15 vereadores. O parlamentar ponderou, no entanto, que há uma resistência do PSDB e do prefeito da capital em apoiar a iniciativa, mas disse esperar que a pressão da opinião pública prevaleça. O senador informou que em Guarapari a Câmara reduziu recentemente o número de vereadores de 17 para 13, também por proposta dos peemedebistas do estado do Espírito Santo.

## “Afastamento de prefeito expõe corrupção no Paraná”

“A corrupção no Paraná está vindo à tona”, disse ontem o senador Roberto Requião, ao comentar decisão da Justiça paranaense que determinou o afastamento do prefeito de Londrina, Antônio Belinati, do PFL, e a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico da mulher do prefeito (e vice-governadora do estado), do seu filho e mais 52 pessoas. Eles são suspeitos de ter participado de esquema de corrupção que pode ter desviado, de acordo com informações citadas pelo senador, cerca de R\$ 100 milhões.

“O fato exporá de forma definitiva a corrupção no estado”, afirmou Requião, que, irônico, enviou suas condolências ao PFL pela aquisição política de Lerner e de Belinati.

A forma como a Rede Globo e o jornal *O Estado de S. Paulo* noticiaram as denúncias de corrupção no Paraná foi também criticada pelo senador. Segundo ele, os dois órgãos de imprensa afirmaram que os recursos desviados teriam sido utilizados na campanha da vice-governadora do estado. Como no Brasil não há eleição para esse cargo, o senador concluiu “que a Globo e o *Estadão* criaram um outro tipo de

processo eleitoral”.

O senador disse que a Globo e *O Estado de S. Paulo*, na verdade, evitaram dizer que os recursos desviados foram utilizados de fato na campanha eleitoral do governador do Paraná, Jaime Lerner.

— A corrupção é do governador, que fez sua campanha eleitoral a bordo de um helicóptero cedido pelo narcotraficante Hissam Hussein Dehaini, e é sobre esse prisma que o assunto tem que ser abordado — afirmou.

O senador explicou que o desvio de recursos envolve a compra de ações da Sercomtel, companhia telefônica de Londrina, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Requião registrou ainda que, depois que fez algumas denúncias contra a subsidiária local da Rede Globo, a TV Paranaense Canal 12, o órgão sofreu uma intervenção branca, sendo afastado o responsável pelo jornalismo. A mudança foi, para o senador, de 150%, porque “pela primeira vez, em dez anos”, a emissora aborda assunto, mesmo com informações distorcidas, que envolve o poder político estabelecido no estado.

# Ruralistas conspiram contra soberania, afirma Heloísa

Senadora considera que reforma do Código Florestal fortalece argumento de que o Brasil é irresponsável em relação à Amazônia

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou ontem que a bancada ruralista “conspira contra a soberania nacional” ao aprovar reforma do Código Florestal que permitirá o desmatamento de 50% das terras da Amazônia. Ao mesmo tempo, segundo a senadora, os integrantes dessa bancada condenam as organizações não-governamentais que atuam na região.

Vários integrantes da bancada teriam declarado que há uma conspiração internacional para invadir a Amazônia, preocupação que a senadora disse compartilhar. Entretanto, acrescenta ela, a reforma do Código Florestal fortalece o argumento de vários dirigentes de países desenvolvidos, segundo os quais o Brasil é irresponsável em relação à Amazônia.

Como fundamento de suas preocupações, ela citou declarações de Madeleine Albright, Tony Blair, François Mitterrand e Mikhail Gorbachov, entre outros, a respeito da Amazônia e da soberania do Brasil sobre a região. As manifestações convergem para a tese de que a Amazônia tem importância mundial para que o Brasil se julgue no direito de ter soberania

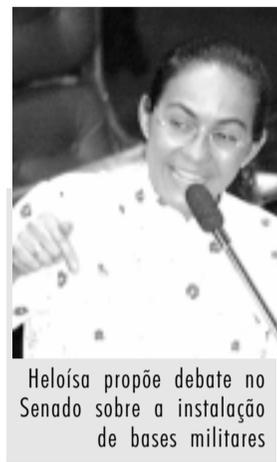
plena sobre ela. Assim, alguns deles defenderam uma “soberania limitada”; outros, uma “soberania compartilhada”.

Nesse quadro, Heloísa Helena ressaltou a necessidade de o Senado, através da Comissão de Relações Exteriores, informar-se e discutir a instalação de bases militares americanas em países

como Equador e Peru, além da criação de uma secretaria dos países amazônicos. A senadora questionou o papel que terá essa secretaria, que deverá ter personalidade jurídica internacional e autonomia para contratar empréstimos externos.

— Não podemos deixar que a soberania nacional, golpeada pela política econômica do governo, seja ainda mais atacada — afirmou.

Em aparte, Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou que a bancada ruralista tornou “lícito desconfiar de inspiração internacional”, dado o fortalecimento das críticas ao Brasil resultante da aprovação da reforma do Código Florestal. Se-



Heloísa propõe debate no Senado sobre a instalação de bases militares

bastião Rocha (PDT-AP) achou necessário acrescentar que o governo brasileiro é co-responsável por isso, pois se omite no tratamento dos problemas de infraestrutura da Amazônia.

José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que o governo e suas lideranças no Congresso poderiam ter impedido a apro-

vação, não fosse o interesse de assegurar os votos favoráveis da bancada ruralista ao salário mínimo de R\$ 151. Dutra disse que o governo, que usava cargos e liberação de recursos orçamentários como moeda de troca, “agora incluiu a Amazônia e o que resta da Mata Atlântica”.

Lauro Campos (PT-DF) afirmou que “em tempos de lucidez” FHC constatou a formação de um antiestado nacional no Brasil. “No seu governo, é esse Estado que avançou a passos largos”, registrou. Para Geraldo Cândido (PT-RJ), há “uma intervenção velada no país”.

## Suplicy apóia criação de fórum para discutir crise na aviação comercial

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem preocupação diante da crise que atravessa a aviação comercial brasileira e apoiou a idéia da criação de um Fórum Nacional da Aviação Civil, com a participação de representantes das empresas, do governo e dos sindicatos de trabalhadores envolvidos,

para fazer um diagnóstico da situação do setor e debater as medidas que podem ser adotadas para encontrar uma saída.

Suplicy leu, em Plenário, uma carta dos sindicatos dos aeronautas, aeroviários e aeroportuários, pedindo a participação do Congresso Nacional nessa discussão. Uma comis-



Suplicy é contra a total liberdade de vôos no país como saída para a crise

são desses trabalhadores estava presente em Plenário, tendo sido recebida pelo presidente em exercício, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), para explicar as razões e conseqüências da crise.

Para Suplicy, não se deve sucumbir à idéia do *open sky* (total desregulamentação e liberdade de vôos no

país) para combater a crise do setor. “O Brasil não tem condições de competir com os gigantes da aviação internacional. As companhias norte-americanas possuem 2.200 aviões em serviço, enquanto as brasileiras têm apenas 204. Nos Estados Unidos elas pagam 7,5% de impostos, enquanto no Brasil pagam 35%.”

Em aparte, o senador Geraldo Melo relatou sua conversa com os representantes dos trabalhadores e propôs a criação de uma comissão especial do Senado que possa vir a ser a semente de um fórum, começando os debates de imediato. Ele louvou a atitude aberta e não-corporativa demonstrada pelos aeroviários e aeronautas e também discordou da proposta de se abrir o mercado à concorrência internacional. “Em condições desiguais não pode haver competição justa”, afirmou.

Também em apartes, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e os senadores Moreira Mendes (PFL-RO) e Ramez Tebet (PMDB-MS) ressaltaram o papel estratégico da aviação comercial no desenvolvimento do país e a necessidade urgente de o Senado participar da procura de uma solução para a crise do setor.

## Memórias de um comunista em debate na TV Senado

Debate com o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o escritor Marco Antônio Tavares Coelho, autor do livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*, será exibido hoje, às 6h30 e 19h30, pela TV Senado. Ex-deputado federal e jornalista, Marco Antônio Tavares Coelho relata seu trabalho como articulador político entre o presidente João Goulart e o Partido Comunista e

como ativista pelas reformas de base, bandeira do governo deposto pelo movimento militar de 1964.

No livro, Marco Antônio também faz uma autocrítica, admitindo erros do antigo PC, entre eles o não reconhecimento das restrições a liberdades individuais por parte dos regimes da Europa oriental. Mas a grande lição, segundo ele, foi ter aprendido o valor da democracia.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

0h55 – *Senado em Pauta*  
1h – *Debate*: O senador Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*  
1h55 – *Senado em Pauta*  
2h – *Unip*: Hepatite  
2h25 – *Senado em Pauta*  
2h30 – *Jornal do Senado*  
2h55 – *Senado em Pauta*  
3h – *Cores do Brasil*: Turismo no Pará  
3h30 – *Entrevista*: O senador Arlindo Porto fala sobre o reembolso de medicamentos  
3h55 – *Senado em Pauta*  
4h – *Jornal do Senado*  
4h25 – *Senado em Pauta*  
4h30 – *Unip*: Hepatite  
4h55 – *Senado em Pauta*  
5h – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Tangará (SC)  
5h30 – *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão  
5h55 – *Senado em Pauta*  
6h – *Unip*: Hepatite  
6h30 – *Debate*: O senador Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*  
7h25 – *Senado em Pauta*  
7h30 – *Entrevista*: O senador Arlindo Porto fala sobre o reembolso de medicamentos  
8h – *Jornal do Senado*  
8h30 – *TV Escola* – Uma TV cheia de histórias – Tangará (SC)  
8h55 – *Senado em Pauta*

9h – Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
18h30 – *Entrevista*: O senador Geraldo Althoff fala sobre os hospitais universitários  
19h – *Cores do Brasil*: Folclore do Rio Grande do Norte  
19h30 – *Debate*: O senador Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As Memórias de um Comunista*  
20h30 – *Entrevista*: O senador Arlindo Porto fala sobre o reembolso de medicamentos  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A Voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*  
0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

# Saturnino vê risco de explosão social e cobra ação do governo

Para senador, privilégio ao capital internacional em detrimento de políticas que beneficiem a população gera uma situação que “não vai acabar bem”

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alertou ontem para o perigo de uma explosão social no país. Para ele, a política econômica do governo federal privilegia os capitais internacionais, os banqueiros e os grandes empresários, em detrimento de políticas sociais que poderiam beneficiar a população, gerando emprego e diminuindo as desigualdades sociais. “Essa situação não vai acabar bem”, alertou.

Saturnino ressaltou que a verdadeira “guerra” travada na segunda-feira entre policiais e traficantes de drogas em Copacabana, no Rio de Janeiro, não foi um episódio isolado. Lembrou que casos de violência



Saturnino critica “alienação” do governo nas questões sociais

estão acontecendo em todas as grandes cidades e disse que não se pode culpar apenas os governadores, sejam os atuais ou seus antecessores. Para combater a violência, o governo federal precisa destinar recursos substanciais e continuados, em ação integrada, explicou.

Para o senador, não se trata de organizar um ministério para isso, porque mais estrutura burocrática não resolve.

– Ao lado dos recursos maciços para combater a violência, o governo precisa cuidar do social, aumentando as oportunidades de emprego. O governo demonstra alienação em relação às questões sociais, preferindo pagar em dia as dívidas in-

terna e externa, para mostrar bom comportamento ao FMI – afirmou.

Como exemplo do que poderia ser feito, Saturnino disse que uma mera redução de 0,5% nas taxas pagas na rolagem das dívidas interna e externa liberaria bilhões de dólares para programas de combate à pobreza, geração de empregos, educação e saúde.

O senador observou que, em relação à dívida interna, a medida só depende do ministro da Fazenda, Pedro Malan, e que, no que diz respeito à dívida externa, “o governo precisaria se preocupar menos em agradar aos credores internacionais e usar o potencial da economia brasileira para exigir *spreads* menores”.

Em apartes, Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmaram que o governo é omissivo em relação às questões sociais.

## Porto fala sobre reembolso de despesas com medicamentos

A TV Senado apresenta hoje, às 7h30 e às 20h30, entrevista com o senador Arlindo Porto (PTB-MG) sobre projeto de sua autoria que estabele-

ce o reembolso das despesas com medicamentos de uso contínuo para tratamento de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. O reembolso será feito pelo Sistema Único de Saúde e a fiscalização do ressarcimento ficará a cargo dos municípios.

O projeto foi aprovado na semana passada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, e, se não houver recurso para sua apreciação em Plenário, seguirá para a Câmara dos Deputados. Porto acredita que será possível aprovar o projeto na Câmara ainda este ano. Na entrevista, ele também defende a implantação da política de genéricos, que significará redução expressiva no preço dos medicamentos.



Porto espera aprovar projeto na Câmara

## Moreira Mendes elogia sustação de contratos de Rondônia com a União

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou ontem a aprovação, pela Assembléia Legislativa de Rondônia, de decreto que susta os efeitos de contratos de refinanciamento de dívidas do estado com a União, invalidando inclusive o que se referia à cobertura dos

prejuízos verificados nos balanços do Banco de Rondônia (Beron).

O senador informou que os autores do decreto, os deputados Daniel Pereira (PT) e Everton Leoni (PSDB), são profundos conhecedores do assunto, por terem participado de comissão parlamentar de inquérito que investigou o crescimento da dívida do Beron durante o período de intervenção do Banco Central.

Moreira Mendes apontou o ex-governador do estado, Waldir Raupp, os ex-diretores do Beron e a omissão do Banco Central (BC) – que não liquidou o banco na época certa – como responsáveis “pelos efeitos desastrosos que essa dívida injusta e ilegal está impondo à população de Rondônia”.



Moreira afirma que o povo está indignado com o caso do Beron

Ele acrescentou ter ouvido do presidente do BC, Armínio Fraga, na semana passada, declaração de que as prorrogações no regime de administração especial temporária do Beron, que levariam ao excessivo crescimento do seu passivo, “teriam acontecido devido a pressões políticas”.

– A informação que trago neste momento – ressaltou o senador – na verdade é mais um ato que reflete a indignação do povo de Rondônia com essa dívida, e também com a falta de sensibilidade do Banco Central para reconhecer o seu erro e buscar soluções.

Moreira Mendes disse esperar que, em novo encontro com o presidente do BC, seja definida uma saída para a questão, sobretudo no sentido de expurgar da dívida os juros extorsivos pagos ao Banco do Brasil e à CEF, como também a apuração das responsabilidades. Ele pediu, ainda, a transcrição, nos Anais do Senado, da cópia do decreto aprovado pela Assembléia rondoniense.

# Patrocínio defende projeto para florestas de babaçu

Senador elogia proposta elaborada pelo movimento das quebradeiras de coco e aponta perspectivas de crescimento do setor

Ao manifestar ontem apoio às 300 mil trabalhadoras representadas pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu dos Estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu projeto de desenvolvimento sustentável apresentado pela Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip).

Num momento em que gerar empregos e fixar o homem no campo são prioridades, na opinião do senador, projetos como o das quebradeiras de coco podem garantir emprego e sustento a milhares de pessoas, que, assim, “não se tornarão massa de manobra, facilmente manipulável, para os que ocultam interesses escusos sob a dobra do estandarte da justiça social”.

Entidade não-governamental modelar, conforme o senador, a Asmubip associou-se à iniciativa privada e a órgãos e instituições especializados – como a UERJ, USP e Embrapa – para elaborar o projeto Alternativas Sócio-Ambientais e Econômicas ao Processo de Fragmentação de Florestas de Babaçu. Por depender, agora, da aprovação do Conselho do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), Carlos Patrocínio disse ter procurado o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para relatar-lhe as necessidades e expectativas das mulheres que integram a Asmubip.

Entre os principais objetivos da proposta, Patrocínio ressaltou o combate ao desmatamento, à frag-



Carlos Patrocínio destaca possibilidade de mais empregos

mentação das florestas de babaçu e à destruturação e proletarização das comunidades agroextrativistas. Outro aspecto positivo, segundo o senador, estaria no fato de que a valorização econômica da exploração racional do babaçu permitirá o aproveitamento integral do produto.

O Brasil já domina a tecnologia para esse aproveitamento, observou o senador, mas 93% da matéria-prima ainda são desperdiçados. O potencial anual do babaçu hoje é de 40 milhões de toneladas, informou, podendo atingir cerca de 120 a 200 milhões de toneladas com a adoção de tratamentos culturais simples. Esse aumento de produtividade, por sua vez, pode repercutir em vários setores produtivos, pois o babaçu presta-se à produção de álcool, carvão, óleos, cera, medicamentos, alimentos, perfumaria, cosméticos, ração animal, fertilizantes e bebidas finas.

Lúdio Coelho (PSDB-MS) também



entusiasmou-se com o projeto, entendendo-o como proposta da “maioria silenciosa” que quer trabalhar, e não “da minoria que invade prédios públicos”. Ramez Tebet (PMDB-MS) conjecturou se não seria melhor para o país abandonar megaprojetos em favor dos pequenos. Gerson Camata (PMDB-ES) salientou a importância de Carlos Patrocínio ter revelado “problemas que não estão à vista de todos”, como o da cultura do babaçu. Para Leomar Quintanilha (PPB-TO), porém, projetos que propiciem o aproveitamento do potencial econômico dos estados mais pobres têm enfrentado dificuldades acentuadas, devido ao “apelo ambiental crescente”.



Rocha sugere participação da Caixa para solução definitiva

## Cheia no Amapá já desabrigou 20 mil, diz Sebastião Rocha

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez ontem mais um alerta a respeito da enchente que há 30 dias assola a cidade de Laranjal do Jari, no Amapá. Segundo o senador, os desabrigados já chegam a 20 mil, basicamente moradores da parte baixa da cidade, localizada às margens do rio Jari.

Sebastião Rocha disse esperar que o interventor no município (Laranjal do Jari está sem prefeito) e o

governador prorroguem o estado de calamidade pública, decretado no dia 14 de abril, a fim de que a área continue recebendo assistência do governo federal. A Defesa Civil já enviou para o local 1,5 mil cestas básicas e 2,5 mil colchões.

Uma das formas de resolver o problema definitivamente, na avaliação do senador, seria transferir os habitantes da parte baixa, que vivem em palafitas, para uma área mais

adequada. Só que a mudança exigiria recursos que estão sendo negociados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sebastião Rocha esteve na Caixa Econômica Federal discutindo a possibilidade de a instituição também participar do projeto.

## Tião Viana contesta acusações contra o governo do Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) voltou a contestar acusações do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) em relação a supostas compras superfaturadas de remédios por parte do governador do Acre, Jorge Viana. Ele exibiu documentação sobre as operações, garantindo que todos os



Tião Viana: compras superfaturadas ocorreram no governo anterior

medicamentos foram comprados por 20% abaixo da tabela da ABCfarma (Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico), e disse não entender os motivos que levam Nabor Júnior a continuar as acusações, “mesmo depois de conhecer a verdade documental”.

– Houve compras superfaturadas no Acre, mas elas ocorreram durante o governo anterior, de Orlei Cameli. Posso provar a lisura de todas as operações feitas pela Secretaria de Saúde, que sempre se negou a pagar os preços altos que as multinacionais dos medicamentos queriam impor ao governo. As compras de emergência, feitas sem licitação, em 1999, limitaram-se a cerca de 900 comprimi-

dos, ao preço médio de R\$ 0,25 cada – garantiu.

Tião Viana disse que o Plenário do Senado não é o local próprio para essas discussões e convidou Nabor Júnior para um debate amplo no Acre. Ele disse preferir debater, no Senado, temas como a bioindústria

e novos investimentos para desenvolver a economia do estado. “Mas não posso me calar, diante dessas tentativas de denegrir a imagem de um governador que está desafiando o narcotráfico e a corrupção, arriscando-se a ser baleado a qualquer minuto”, concluiu.

Em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) confirmou que as compras superfaturadas de remédios aconteceram durante o governo anterior, de Orlei Cameli. Também em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou ter o ministro da Saúde, José Serra, dado um testemunho bem favorável às mudanças que o governo do Acre está implementando em sua Secretaria de Saúde.

## Francelino pede extensão de convênios de Furnas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) leu ontem em Plenário carta endereçada ao ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, e a Luís Carlos Santos, presidente da Centrais Elétricas de Furnas, solicitando que os convênios da empresa sejam estendidos a 150 municípios mineiros, da bacia do Rio Grande, cobrindo assim toda a região.

De acordo com o senador, ao longo dos anos Furnas vem desenvolvendo ações na forma de convênios com os municípios que têm limites com seus reservatórios, e que contribuem, assim, com sua qualidade. Atualmente, apenas 50 municípios limítrofes estariam recebendo royalties devido à construção e funcionamento dos reservatórios ao longo da bacia hidrográfica.



Para Francelino Pereira, extensão dos convênios beneficiaria toda a região

– Hoje, porém, mais 150 cidades que possuem suas terras banhadas pelos reservatórios das cinco usinas de Furnas ali existentes poderiam ser beneficiadas com a implementação de estudos que visem à extensão desses convênios. Com isto, a bacia hidrográfica do Rio Grande receberia

os benefícios como um todo – afirmou Francelino, que quer o desenvolvimento harmônico da região.

O senador mencionou, também, a viagem que fará ao sul de Minas Gerais na companhia dos ministros de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do Esporte e Turismo, Carlos Melles, e do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para tratar de implementação de três convênios para as cidades de Alterosa e Alfenas.